



CULTURA NO PLURAL: conversa com **Célio Turino** sobre o conceito de cultura (e seus usos) nas políticas públicas brasileiras

Célio Turino de Miranda é graduado em Ciências Sociais e mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, além de especialista em Administração Cultural pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. É autor do livro *Na trilha de Macunaíma. Ócio e trabalho na cidade* (SESC-SP/SENAC, 2005); organizador de *O lazer nos programas sociais* (Anita Garibaldi, 2003); co-autor de *Ações Socioculturais para a Cidadania* (IMK, 2004). Célio Turino vem atuando na gestão pública de cultura e lazer desde 1980: foi diretor na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo, Secretário de Cultura e Turismo em Campinas e ocupa atualmente o cargo de Secretário Nacional de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura. Teve papel fundamental na reformulação pela qual vem passando o MinC, na gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira, ao conceber e coordenar o programa Cultura Viva, que funciona por meio do fomento a grupos culturais já existentes em todos os cantos do país. Turino esteve na UNICAMP para o *Seminário Arte, Cultura e Políticas Públicas*, realizado no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), nos dias 18 e 19 de agosto de 2008. Foi nessa ocasião que o comitê editorial da Proa conversou com ele sobre a recente ampliação do conceito de cultura no âmbito das políticas culturais e sobre os mecanismos de financiamento da cultura no Brasil.



Entrevistadores : Carla Delgado de Souza, Ilana Seltzer Goldstein e Rodrigo Charaffedine Bulamah

Transcrição: Alessandra Tráldi Simoni

Edição: Carla Delgado de Souza e Ilana Seltzer Goldstein

Proa: Por muito tempo, predominou nas políticas culturais brasileiras um recorte muito específico, que recaía sobre a alta cultura ou a cultura “erudita”, somada à preservação do patrimônio cultural material. Na gestão do ex-ministro Gilberto Gil, parece que a acepção do termo cultura foi ampliada. A cultura passou a ser concebida no plural, abarcando uma gama maior de manifestações não-artísticas, populares e tradicionais. O que significa, na prática, essa mudança?

Célio Turino: O conceito de cultura adotado na gestão do ministro Gil, foi de fato, além da arte, pois se percebeu a cultura ao mesmo tempo enquanto expressão simbólica, economia e cidadania. Esse é o tripé que sustenta a política do Ministério da Cultura desde 2003 e que significou, entre outras coisas, a abertura do Ministério para um conjunto de ações e manifestações até então não abarcadas no campo das políticas públicas. Um exemplo disso são os editais dirigidos a questões mais amplas, como, por exemplo, a realização de paradas *gay* - tendo sido, inclusive questionado por esse motivo pelo Tribunal de Contas da União. A pergunta central é: “O que um edital desse tipo tem a ver com cultura?”. É justamente a noção ampliada de cultura que está envolvida nesse caso, porque a atual administração do Ministério da Cultura entende que é necessário abarcar a cultura enquanto valores, posturas, comportamentos sociais. Isso tem modificado a forma de estabelecer diálogos com os diversos grupos sociais existentes no Brasil, fato que pode ser vislumbrado por meio da aproximação do MinC com vários povos indígenas, com os quais ele nunca tinha se relacionado diretamente. As experiências anteriores tocavam nessa questão por intermédio da História, realizando exposições que acabavam retratando uma visão cristalizada das sociedades indígenas brasileiras. Hoje, no entanto, existe uma política pública que permite o surgimento de Pontos de Cultura em comunidades indígenas e viabiliza a produção de filmes - alguns inclusive premiados - utilizando o idioma nativo e com um desenvolvimento narrativo próprio a suas cosmologias. Dentro do Parque Nacional do Xingu, os índios Kuikuro e Ikpeng fazem seus filmes; os Ashaninka, no Acre, fizeram um belo filme, premiado no Recife, denunciando as madeireiras peruanas

que estavam chegando e ocupando o seu território. E essa produção fílmica indígena não abarca unicamente o universo dos documentários, também está se ampliando para a produção de filmes de ficção..

Proa: Qual foi o papel da academia e dos estudiosos da cultura nessa reformulação? Houve algum grupo de trabalho oficial dentro das universidades que envolveu antropólogos, sociólogos e historiadores, ou foram realmente os técnicos do governo que trabalharam para a efetivação, na esfera pública, dessa mudança no conceito de cultura?

Célio Turino: Eu diria que, indiretamente, houve um papel da academia nessa reformulação, porque parte das pessoas que ocupam funções dentro do Ministério é oriunda do meio acadêmico. Mas, no que se refere ao diálogo presente do Ministério da Cultura com pesquisadores do meio acadêmico, é preciso dizer que nós temos mais intercâmbio com universidades do exterior, como por exemplo a Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, a Universidade de Londres, na Inglaterra, a Universidade de Siegen, na Alemanha, e a Paris X - Nanterre, na França - onde nós temos inclusive um Ponto de Cultura.. No entanto, com as universidades brasileiras, a aproximação tem sido mais difícil, não por falta de iniciativa do Ministério da Cultura. Em 2007, lançamos um edital de extensão universitária, justamente para facilitar a aproximação com o meio universitário brasileiro. Além disso, também há uma linha de ação do Ministério de nome *Cultura e Pensamento*, que é, na prática, a realização de uma série de seminários. O primeiro deles foi *O silêncio dos intelectuais*, não sei se vocês se lembram...

Proa: Não foi por acaso...

Célio Turino: Não foi por acaso, foi uma provocação mesmo e casou polêmica. Como o Ministério não é estritamente acadêmico, até mesmo por causa da presença do Gilberto Gil, acredito que houve uma maior liberdade para algumas licenças poéticas na formulação de políticas públicas, algumas instigações.

Proa: Em termos de modelo de política cultural, é sabido que existem dois grandes paradigmas: o francês, em que o financiamento e as decisões são todas públicas e centralizadas e o anglo-saxão, mais liberal, em que a iniciativa privada e as pessoas

físicas é que financiam e movimentam a cultura. Tendo como base essa discussão, como podem ser pensadas as atuais políticas públicas para a cultura no Brasil?

Célio Turino: Até 2002, eu diria que a única política cultural do Estado brasileiro é a da renúncia fiscal, via Lei Rouanet. Na verdade ela não é propriamente liberal, porque envolve recursos públicos, via renúncia de impostos. No entanto, delega aos departamentos de *marketing* das empresas a decisão sobre um recurso público. Desde 2003, com o governo Lula, começamos a ensaiar um outro caminho a partir da criação do Fundo Nacional de Cultura, que estabeleceu uma política de abertura de editais públicos. O governo federal investe, atualmente, cerca de 120 milhões de reais por ano no programa Cultura Viva. É bom lembrar que os Pontos de Cultura são estabelecidos via edital público.

Proa: E o investimento em outros editais?

Célio Turino: No conjunto, é um investimento bem significativo, principalmente se somarmos a isso o fato de que houve paralelamente um processo de convencimento de empresas estatais para que fizessem seus próprios editais de promoção de atividades culturais e artísticas. Até 2002, não eram muito claros os processos de patrocínio de atividades culturais por empresas brasileiras, públicas ou privadas. Hoje, uma empresa como a Petrobras, por exemplo, tem seus próprios editais de seleção e contribui com um montante de quase 200 milhões de reais investidos em cultura. Além disso, tem-se percebido, desde 2006, que algumas grandes empresas privadas, como a Votorantim, também têm adotado a prática de lançamento de editais para a seleção de projetos artísticos que pretendem apoiar, via a utilização dos recursos da renúncia fiscal. Tudo isso tomado em conjunto me faz afirmar, respondendo à questão anterior, que o modelo brasileiro pode ser caracterizado por um certo hibridismo: nem é totalmente liberal — sobretudo porque as iniciativas privadas de incentivo à cultura são alimentadas pelo mecanismo da renúncia fiscal — nem é totalmente público, no sentido de um financiamento centralizado, exclusivo e direto do Estado.

Proa: Falando em renúncia fiscal, não há como deixar de mencionar todas as polêmicas que rondam a Lei Rouanet. Uma vez que se trata de dinheiro oriundo de impostos devidos pelas empresas, por que a decisão sobre quais grupos e artistas serão beneficiados cabe à iniciativa privada? Também tem sido bastante discutida a

necessidade de se diminuir a alíquota a ser abatida do imposto de renda do patrocinador, visto que se trata de uma vigorosa forma de *marketing*. Por que esse ponto ainda não foi alterado, se já houve duas reformulações nessa Lei, em 1995 e 2006? Por fim, costuma-se questionar os critérios técnicos utilizados na aprovação dos projetos que recebem a chancela da Lei Rouanet. De que maneira os projetos artísticos e culturais são analisados e aprovados?

Célio Turino: Atualmente, a Lei Rouanet trabalha com duas alíquotas de renúncia fiscal, sendo elas o artigo 18, em que todo mundo quer entrar, pois que prevê 100% de abatimento e o artigo 26, que prevê 30% de abatimento, mas que no final das contas chega a promover a 60%, porque o projeto que recebe recursos via Lei Rouanet é utilizado duas vezes para a feitura do cálculo de abatimento no Imposto de Renda: como renúncia fiscal e como despesa operacional da empresa. Há, no entanto, uma interpretação equivocada no que se refere à Lei Rouanet: a de que ela prescinde de análise de mérito, sobretudo no que diz respeito aos termos de política pública e cultural que os projetos contemplados devem abranger..,É verdade que houve com o tempo um desvirtuamento da lei e se criou o costume de que basta o projeto ser calculado de maneira coerente e estar com a documentação em ordem que ele é aprovado. Por isso a gente tem inúmeros projetos de livro de mesa, que servem para as empresas doarem a seus clientes no final do ano, aqueles famosos livros de orquídeas da mata atlântica. Nós recebemos uns cinco ou seis exemplares diferentes todo ano, às vezes até com 100% de isenção. Por outro lado, projetos com uma relevância maior em termos de política pública acabam não tendo acesso a recursos. A idéia de reformulação da lei, que está atualmente em discussão, é criar uma matriz para acabar com as alíquotas fixas de 30 ou 100% de dedução, permitindo que a alíquota de dedução de imposto seja calculada, independentemente da atividade artística e cultural envolvida, com base em um conjunto de fatores como regionalidade, inovação, experimentação e potencial de formação. Porém, a mudança que propomos à Lei Rouanet e que será levada à consulta pública sofre enfrentamentos de alguns grupos de interesse, que, apesar de reduzidos, têm uma força na opinião pública. Em 2002, a Lei Rouanet envolvia recursos de 200 milhões de reais; em 2007, chegamos perto de 1 bilhão de reais, ou seja, quintuplicamos os investimentos na área, mas mesmo assim muita gente reclama. Por que? Primeiro porque boa parte desse dinheiro não vai para a atividade final - a arte e a cultura -, mas fica detida no processo de intermediação. Há também um outro dado que é

significativo. Se aplicarmos o índice Gini de concentração de riqueza à Lei Rouanet, verificaremos que 3% dos proponentes recebem 50% de todo o valor captado. Isso significa que 90 empresas ou instituições culturais concentram 450 milhões de reais, o que é um alto índice de concentração, enquanto os outros 4.000 proponentes dividem o valor restante. Adicionalmente, hoje, cerca de 80 a 85% dos proponentes que apresentam projeto para a Lei Rouanet e são aprovados não conseguem captar recursos junto aos patrocinadores. Então, ela cria uma fantasia, porque ela não é efetiva. Se nós começarmos a estabelecer critérios mais públicos de seleção, como os atualmente praticados pela Petrobras e pela Votorantim, conseguiremos alterar este quadro.

Proa: O objetivo, então, é que a maioria dos recursos seja captada via editais públicos?

Célio Turino: Sim, mas para isso o Ministério precisa ter seu orçamento ainda mais fortalecido. De fato, existe um esforço para ampliarmos o orçamento do Ministério da Cultura. Em 2008, ele contou com 0,6% do Orçamento Geral da União. A previsão para 2009 é de chegarmos a receber 1% do Orçamento, proporção similar à da França.

Proa: De acordo com o que tem sido divulgado, o Plano Nacional de Cultura, que está sendo preparado para guiar as ações de política cultural durante os próximos dez anos lida com a sociedade brasileira a partir de um enfoque multicultural. O senhor poderia dizer como o PNC pretende contemplar não apenas a diversidade cultural, como também desigualdades sociais e regionais?

Célio Turino: Antes de mais nada, é preciso dizer que nós não trabalhamos propriamente com o conceito de multiculturalismo no MinC, nós preferimos as idéias de interculturalidade e transculturalidade. Acredito que nossa referência mais próxima seja o pensamento do Edward Said, não o pensamento norte-americano sobre a cultura. A decorrência do multiculturalismo é respeitar todas as expressões, porém isoladamente. Essa idéia não é oportuna para se pensar o Brasil, que é um país macunaímico e antropofágico, marcado justamente por fazer misturas. A própria atuação musical de Gilberto Gil é expressão disso, por representar de certa forma o Tropicalismo, movimento cultural que fez uma leitura do Modernismo. Então, ao utilizarmos o conceito de interculturalidade, abrimos campo para as diversas

especificidades existentes, bem como para a afirmação de identidades. Agora, a idéia da constituição do Plano Nacional de Cultura é a de procurar estabelecer uma política de Estado para a área da cultura, o que não é feito desde o período da ditadura militar, já que o último plano, próximo a uma política de Estado para a Cultura, foi feito em 1973.. No período da redemocratização do país houve uma não-política para a área da cultura, apesar de o Brasil ter contado com alguns bons ministros da Cultura, como o Celso Furtado. Durante muito tempo, a Lei Rouanet, que foi bastante aprofundada no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, representou a única via de incentivo às atividades artístico-culturais do Brasil. Mas essa lei é na verdade um mecanismo de renúncia fiscal, ou seja, possui uma visão limitada no que se refere ao campo da política cultural. Atualmente, nós temos buscado construir uma política cultural mais abrangente, com muita ênfase na discussão da economia da cultura e no aprofundamento das políticas culturais identitárias. .

Proa: Como o Ministério da Cultura tem atuado em direção ao desafio de atrair públicos que não têm familiaridade com as artes, que tem resistência a ir a um museu, ao cinema, ao teatro, que não tem dinheiro para comprar livros?

Célio Turino: O Ministério da Cultura já tomou algumas iniciativas e elas estão previstas também no Plano Nacional de Cultura. Até dois anos atrás, o Brasil nunca tinha inserido nas pesquisas do IBGE perguntas sobre a dimensão cultural. O primeiro quadro de pesquisa mais consistente formulado a respeito do consumo cultural foi construído em 2006, numa pesquisa do IBGE que procurou levantar dados capazes de identificar o consumo e os gostos culturais do povo brasileiro. O que essa pesquisa revelou de forma muito consistente é que o gasto do brasileiro com cultura não varia, continua no mesmo percentual independente da classe social.

Proa: Mas no cálculo do consumo cultural fornecido por essa pesquisa entraram também gastos com telefone e internet, certo?

Célio Turino: Esse foi um problema da pesquisa inicial do IBGE, mas depois nós desmembramos a parte de comunicação, que compromete sozinha cerca de 7% da renda dos brasileiros. Após desmembrarmos o gasto com atividades culturais dos gastos relativos ao acesso a diferentes meios de comunicação, chegamos à conclusão de que 4% da renda dos brasileiros de todas as camadas são investidos em produtos e

atividades culturais. Com esse dado, chegamos à conclusão de que todos são fazedores e consumidores de cultura, fato que já havia sido resolvido pela Antropologia e que foi confirmado pela pesquisa do IBGE. Nós ainda estamos afinando alguns índices, mas percebemos que o acesso à cultura resulta maior em comunidades pobres, principalmente aquelas localizadas nas regiões Norte e Nordeste, porque entendemos a cultura em seu sentido mais amplo, abarcando por exemplo a produção de festas. Se à primeira vista os grandes centros do país poderiam proporcionar um maior acesso a atividades artísticas e culturais, em virtude da maior oferta de peças de teatro, filmes e exposições, na verdade a população das grandes metrópoles participa menos de manifestações culturais espontâneas e cotidianas.

Proa: Gostaríamos que o senhor falasse um pouco mais sobre o sistema de indicadores culturais que começou a ser desenvolvido recentemente. O Ministério pretende realizar levantamentos específicos sobre as práticas culturais dos brasileiros ou apenas aproveitar dados coletados em pesquisas abrangentes, como o censo do IBGE? Será possível balizar o planejamento da política cultural com base nesses números, como faz a França?

Célio Turino: Nós criamos um convênio formal com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: no Censo de 2010, já existirão perguntas específicas sobre cultura. . Pretende-se formar um grupo interdisciplinar para elaborar as perguntas. Daqui da Unicamp, foi convidada a Profa. Evelina Dagnino Por outro lado, alguns pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco, sob coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, irão desenvolver um estudo de cunho qualitativo junto aos primeiros 500 Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva. O resultado deve estar disponível ainda em 2009, acredito. Com essas pesquisas, nós iremos formar um banco de dados que nos auxilie a sistematizar e aprofundar os conceitos com os quais trabalhamos, além de fornecer material para fundamentar a construção histórica dos programas, bem como a avaliação dos mesmos. A idéia é construir cada vez mais políticas perenes de Estado, que não pertençam apenas a um governo, tenham continuidade.

Proa: O senhor mencionou várias vezes, ao longo de nossa conversa, os Pontos de Cultura, verdadeiros nós da rede que compõe o Programa Cultura Viva. Esse é, aliás, o

carro-chefe da atual gestão do Ministério da Cultura. Como surgiu o Cultura Viva e por que ele é considerado tão especial?

Célio Turino: Quando Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura, o mote principal do órgão era mostrar a “cultura como um bom negócio”. Gil, em uma de suas primeiras falas, numa licença poética bastante pertinente, declarou que iria realizar um verdadeiro “do- in antropológico” na política cultural brasileira, com ênfase na ampliação do conceito de cultura e na democratização do acesso às produções culturais. Com esse objetivo, pensou-se inicialmente em construir Bases de Apoio à Cultura, espécies de casas de cultura pré-fabricadas, por todo o país. A idéia acabou não indo para frente e eu fui convidado a buscar uma outra solução para o mesmo problema. Como responsável pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, coordenei a implementação do Cultura Viva, lançado em 2004. Como o próprio nome indica, trata-se de um programa dinâmico, que se transforma e que não tem formato pronto, imposto de cima. Fazendo uma analogia, diria que é uma política pública construtivista. Os pontos de cultura nada mais são que espaços de irradiação e recepção de cultura. Mas, ao invés de dizer o que deveria ser feito em cada cantinho do Brasil, optamos por potencializar iniciativas pré-existentes, valorizando o protagonismo social. Existem, hoje, cerca de 850 pontos de cultura no Brasil, sendo 150 deles em São Paulo. Suas atividades são as mais variadas, do maracatu de Pernambuco à produção de vídeos por povos indígenas, passando por grupos de bumba-meu-boi, núcleos que montam óperas e um coral afro-pomerano em São Lourenço do Sul, perto da Lagoa dos Patos. Em termos de recursos, os Pontos de Cultura recebem 60 mil reais por ano, durante um período de 3 anos e também contam com 3 computadores e um estúdio multimídia, que tem ilha de edição e equipamento para gravação, permitindo que sejam produzidos materiais audiovisuais próprios. A produção audiovisual feita pelos Pontos, dentro da rede “Ponto Brasil”, talvez seja o único ponto em comum entre todos eles. Vale lembrar que essa é uma experiência pioneira e única, que não encontra equivalente em nenhum outro lugar do mundo. E talvez esteja dando tão certo, aqui, porque as expressões culturais fervilham Brasil afora: é muito emocionante viajar para acompanhar a atuação dos Pontos de cultura. Acho que temos algo que é o contrário do caso europeu, em que as instituições oficiais funcionam bem por fora, mas pode faltar vida e efervescência por dentro. É por isso que sempre digo que é preciso “desesconder” o Brasil. O Cultura Viva faz um pouco disso.

Proa: Talvez em virtude da visibilidade e da capilaridade do Programa Cultura Viva, nota-se um certo ressentimento dos profissionais do teatro, da dança e da música, que reclamam de falta de apoio e financiamento públicos, como se o principal foco do governo, agora, fossem as manifestações culturais amadoras e tradicionais. O que vem sendo feito para fomentar a inovação e o desenvolvimento das linguagens artísticas, no Brasil?

Célio Turino: Existe, de fato, uma percepção de que o Ministério da Cultura cuida pouco das artes em geral. No teatro isso é muito evidente. O teatro de atuação mais convencional e comercial, tem se manifestado, ressentido. No nosso entendimento, essa é mais uma percepção do que uma realidade efetiva, porque não houve diminuição de investimentos nesse campo. Pelo contrário, houve até um avanço, sobretudo dos investimentos públicos em direção aos museus de arte. Mas, como se avançou muito no campo de ações socioculturais, com a implementação dos Pontos de Cultura, esse é o programa, na atualidade, que conta com maior recurso dentro do Ministério da Cultura. Vem daí a percepção de que toda a cultura erudita foi abandonada por essa política cultural. Mas aos poucos, as pessoas vão começar a perceber que o Cultura Viva, com seus Pontos de Cultura, não é somente uma ação de cultura e cidadania, ou de culturas populares: é uma ação de cultura como um todo, que permite, inclusive, a realização de atividades artísticas de cunho mais erudito, como no caso de algumas óperas que estão sendo montadas em Pontos de Cultura. No que se refere ao campo da arte experimental, nós lançamos no final de 2008 um edital chamado Interações Estéticas, que oferece um montante de dois milhões de reais para sessenta e cinco contemplados nos diversos campos das artes, voltados essencialmente para o experimentalismo. O artista apresenta uma proposta de realização de um trabalho contemporâneo que interaja com um Ponto de Cultura. O recurso vai para o artista. São intervenções urbanas, que contemplam, por exemplo, os coletivos de artes visuais que existem por aí, muitos no Estado de São Paulo, mas também em outros locais do Brasil.

Proa: O MinC possui alguma política para a televisão? De que forma o senhor pensa que o Ministério pode influir sobre a qualidade do conteúdo veiculado pelos canais de televisão?

Célio Turino: Nós fizemos um esforço grande, na minha Secretaria, no que se refere aos Pontos de Cultura: todos recebem um estúdio multimídia. Nós temos hoje 800 minutos de produção audiovisual das comunidades, e, no início de 2009, esse número deve ficar em torno de 2000 minutos. A SAV, que é a Secretaria de Audiovisual, deu alguns passos nesse sentido. Quais foram as iniciativas? Uma delas foi a criação do edital DOC TV, revelando os diversos brasis, por meio da produção independente e regionalizada de documentários, destinados à exibição na televisão. Uma outra proposta foi a de transformar a ANCINE, Agência Nacional do Cinema, em ANCINAV. Como a idéia encontrou profunda resistência, houve um recuo do Ministério da Cultura na questão da ANCINAV. O Ministério teve ainda um papel fundamental na construção da TV Brasil, no final de 2007, ano em que foi também lançado o programa Mais Cultura, prevendo, entre outras coisas, um conjunto de editais e investimentos para a televisão aberta, não só no campo dos documentários, como da produção infantil, juvenil e tudo o mais. Sem contar a experiência com a cultura digital – prefiro este termo a “inclusão digital”. Nos editais da Petrobras, a Secretaria do Audiovisual passou a incluir um edital específico para a cultura digital.

Proa: Por que prefere falar em cultura digital ao invés de inclusão digital?

Célio Turino: É porque esses processos envolvem mudanças de comportamento para além da técnica. As iniciativas de inclusão digital preocupam-se em permitir o acesso, mas sem questionar as mudanças de comportamento, que o digital permite. E eu trabalho com o ideal da generosidade intelectual, do trabalho compartilhado também no universo digital - que, nesse sentido, é muito próximo da cultura tradicional. A base da vitalidade da cultura tradicional é exatamente essa, é o conhecimento, é a partilha, é a não preocupação com patentes e coisas do tipo, exatamente o que os meninos que trabalham com o *software* livre fazem. É uma opção filosófica e ideológica, e é nesse caminho que a gente trabalha.

Proa: Para terminar, falemos um pouco de livro e de leitura. Em uma pesquisa realizada em 2007 pelo Ibope Inteligência, descobriu-se que 55% da população brasileira leu ao menos um livro nos três meses anteriores à pesquisa e que a média de leitura do país é de 4,7 livros por habitante/ano. No entanto, dessa média, 3,4

livros por habitante/ano foram indicados pela escola... Como incentivar a leitura para além das obrigações escolares?

Célio Turino: O incentivo à leitura é uma questão difícil. O Brasil é o país que mais adquire livros didáticos no mundo, mas, no campo das publicações não-didáticas, a gente tem poucas ações. O Plano Nacional do Livro e Leitura tem como principal esforço zerar o déficit de municípios sem bibliotecas no Brasil, que ainda conta com cerca de 600 municípios que não possuem esse equipamento. A idéia do MinC era zerar esse déficit em 2008, não sei se isso foi possível, mas, seguramente até 2009 a gente vai conseguir atingir essa meta. É importante mencionar que em 2005 houve a desoneração do mercado editorial, que passou a praticamente não sofrer mais tributação do governo. A contrapartida esperada seria um investimento voluntário de 2% do lucro das grandes editoras em um fundo do livro e leitura, que deveria ter provocado uma diminuição do custo dos livros, o que infelizmente não aconteceu. Então é necessário avançar nesse campo. Existem algumas ações previstas no Programa Mais Cultura, como a implantação de 4.000 pontos de leitura, e de uma política de aquisição de livros, que não existe no Brasil, e que levaria ao barateamento dos livros, resultante das compras públicas, que garantiriam uma ou duas edições barateadas.